

Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados

Iram Jácome Rodrigues¹

José Ricardo Ramalho²

Resumo: O objetivo deste texto é identificar e discutir mudanças no padrão de ação sindical no Brasil, a partir da análise das taxas de sindicalização nas últimas duas décadas, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados recolhidos revelam certa estabilidade na média das taxas nacionais, mas apontam alterações importantes no perfil dos sindicalizados, especialmente no que se refere ao crescimento do sindicalismo nas áreas rurais, em contraposição à queda dos indicadores de associativismo nas regiões que tradicionalmente, no pós-1978, foram o sustentáculo da ação sindical, em particular a Região Sudeste. Confirmam também uma tendência de aumento da participação feminina entre os sindicalizados, especialmente nas áreas rurais.

Palavras-chave: Brasil; trabalhadores; sindicalismo; taxas de sindicalização.

New configurations of trade unionism in Brazil? An analysis based on the profile of unionised workers

1 Universidade de São Paulo (USP) – Pesquisador do CNPq - São Paulo – Brasil – ijrodrig@usp.br

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Pesquisador do CNPq - Rio de Janeiro – Brasil – jramalha@ifcs.ufrj.br

Abstract: *The text intends to discuss changes in patterns of trade union action in Brazil, through the examination of information about union density in the last two decades, using as the main source the National Household Sample Survey (PNAD) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The collected data disclose certain stability in the average of national trade union rates, but they point out alterations in the profile of the trade union members, especially as for the growth of trade union density in rural areas, in opposition to the fall of the rates in regions which had been, after 1978, the main support for trade union action in the South East of the country. The data also present a tendency of increase in women participation among trade union membership, especially in the countryside.*

Keywords: *Brazil; working class; trade unionism; union density.*

Introdução

O objetivo deste texto³ é identificar e discutir mudanças no padrão de ação sindical no Brasil, a partir de uma análise das taxas de sindicalização nas últimas duas décadas, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Os dados recolhidos revelam certa estabilidade na média das taxas nacionais, mas apontam alterações importantes no perfil dos sindicalizados, especialmente no que se refere ao crescimento do sindicalismo nas áreas rurais, em contraposição à queda dos indicadores de associativismo nas regiões que tradicionalmente, no pós-1978, foram o sustentáculo da ação sindical, em particular a região Sudeste. Confirmam também a tendência crescente à participação feminina no conjunto dos sindicalizados, especialmente nas áreas rurais.

Temos como referência o período 1992-2012, selecionando os anos de 1992, 1996, 1999, 2004, 2008 e 2012, de modo a realizar um mapeamento destas duas últimas décadas em termos do impacto que as mudanças no trabalho trouxeram para o perfil dos trabalhadores e da motivação para se associarem a seus organismos de representação.

3 As informações que sustentam o artigo são resultados parciais de projetos de pesquisa em andamento, que vêm sendo desenvolvidos pelos autores, apoiados pelo CNPq e pela Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado). Este estudo, em sua fase preliminar, foi apresentado em mesa-redonda no Congresso da SBS (julho de 2013) e no Encontro da ANPOCS (outubro de 2013). Gostaríamos de agradecer a Marco Aurélio Santana, organizador destes dois eventos, e aos colegas que na ocasião fizeram sugestões a este trabalho, especialmente Adalberto Moreira Cardoso, que discutiu conosco vários aspectos dos dados apresentados.

4 Um agradecimento especial a Jonas Tomazi Bicev pelo tratamento estatístico dos dados.

Os dados da PNAD são uma amostragem do conjunto da população ocupada e podem ser utilizados a partir de empregados assalariados ou do conjunto dos trabalhadores assalariados e também não assalariados. Optamos pelos dados referentes à população ocupada adulta, ou seja, com mais de 18 anos. Foi esta escolha que permitiu perceber o aumento da sindicalização nas áreas rurais cuja mão de obra é composta de trabalhadores assalariados, mas também de pequenos proprietários e mostrar a importância destes últimos para o crescimento da sindicalização no campo (Cardoso, 2013a).

Os desafios à ação sindical: um breve resumo

Ainda que haja indícios de uma crise da instituição sindical e das concepções que foram as bases para a teoria da sociedade do trabalho, não se pode dizer que estamos diante de um sindicalismo em fase terminal, em que pese o reconhecimento de que a ação sindical tenha mantido uma postura extremamente defensiva, notadamente nos países centrais, nas últimas décadas.

Conforme Martins Rodrigues (1999:21-22), “é consensual entre a grande maioria dos pesquisadores a tese da queda geral dos níveis de sindicalização nos países desenvolvidos durante a década dos 80”. E acrescenta que, “tomando como pontos de referência os anos de 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países”.⁵

Para Cardoso (2013b:188-189), estudos mais recentes têm confirmado que “os sindicatos continuaram perdendo adeptos em toda parte, mas, ao mesmo tempo, a hipótese da convergência dos modelos de relações de trabalho em decorrência da globalização não se confirmou”. O autor alerta para o fato de que “a queda da filiação tem causas diferentes em cada país; em alguns deles, a filiação, na verdade, aumentou até pelo menos meados da década de 2000”.

A Tabela 1, contendo a taxa de sindicalização em catorze países selecionados, no período de 1992 a 2010, permite visualizar a dimensão dos desafios do sindicalismo neste início de século XXI. Mesmo que esses países tenham modelos de regulação do trabalho diferenciados, e que seja necessário levar em conta os aspectos históricos e culturais e as particularidades econômicas e sociopolíticas de cada um deles, os dados mostram uma queda, sem exceção, na representatividade sindical. Mesmo nos países onde havia uma taxa de sindicalização elevada, como Suécia e Dinamarca, 84% e 76%, respectivamente, este índice caiu para 69%. De toda forma, independentemente do que a taxa de sindicalização

5 Sobre os problemas metodológicos e conceituais presentes na discussão sobre o tema da densidade sindical, ver também Sousa, 2011.

seja capaz de mensurar, houve uma acentuada diminuição dos associados à instituição sindical no Reino Unido, Alemanha, Austrália, Portugal, Holanda, Japão, Suíça e Estados Unidos, entre outros.

Tabela 1 - taxa de sindicalização em países selecionados*

	1992	1996	1999	2002	2004	2008	2010
Suécia	83,9	85,0	81,6	76,9	76,9	68,8	68,9
Dinamarca	75,8	77,4	74,9	73,2	71,7	67,6	68,5
Itália	38,9	37,4	35,4	33,8	34,1	33,4	35,5
Canadá	35,7	33,8	31,4	30,3	29,6	29,6	30,0
Reino Unido	39,8	33,0	30,5	29,1	28,3	27,2	27,1
Alemanha	33,9	27,8	25,3	23,5	22,2	19,1	18,6
Austrália	38,8	30,8	24,9	22,9	21,9	18,2	18,2
Portugal	26,1	25,5	22,5	20,7	21,4	20,5	19,3
Holanda	24,8	24,9	23,5	21,6	21,6	19,7	19,3
Japão	25,0	23,4	22,2	20,3	19,1	18,2	18,4
Suíça	22,8	22,2	20,9	19,9	19,5	17,5	17,2
Espanha	16,5	16,1	16,0	16,0	15,3	14,6	15,6
EUA	15,1	14,0	13,4	12,6	12,0	11,9	11,4
França	9,8	8,4	8,1	8,1	7,8	7,6	7,9

*Servidores públicos e trabalhadores assalariados. Anos selecionados.

Fonte: Visser, Jelle, 2011, Data Base on Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Settings, State Intervention and Social Pacts 1960-2011 (ICTWSS),

Version 4.0 (Abril 2013). Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam.

A reorganização e/ou reconstrução da agenda sindical se depara, contemporaneamente, com duas questões centrais: em primeiro lugar a questão da representação: se deve estar voltada mais para o trabalho e o emprego ou voltada para questões sociais mais gerais. E, em segundo lugar, se a ação sindical deve se voltar mais para o coletivo ou para o individual (Hyman, 1999: 126). Na verdade, estas escolhas não são excludentes. Para vencer os desafios do presente contexto a instituição sindical teria que, ao mesmo tempo, se preocupar com a organização e as condições de trabalho, com o emprego e, também, responder às demandas tanto individuais quanto coletivas dos trabalhadores.

Outro grande desafio é renovar os temas da solidariedade e da identidade através do trabalho. O movimento mais geral do capitalismo com a reestruturação nas empresas no âmbito microeconômico e, com a dinâmica da financeirização no aspecto macroeconômico, além de outros fatores, certamente é um óbice para a manutenção da base sindical, além de levar a uma diminuição

na taxa de filiação em grande parte dos países centrais (Zoll, 1996; Valkenburg, 1996). Afora isso, mas também como consequência desse movimento, a terceirização, dinâmicas relacionadas com mudanças organizacionais nas empresas, a implementação de métodos inspirados no chamado modelo Toyota, a flexibilização das relações de trabalho e do mercado de trabalho, por serem processos que privilegiam a dispersão e a fragmentação dos trabalhadores, ao invés de ações coletivas, têm trazido ainda, mais dificuldades para os sindicatos.

Para Hyman (2002a: 3-4), a ideia daquele trabalhador coletivo típico, com atividade comum em uma comunidade local integrada e homogênea e com limitado horizonte cultural e social, se durante um bom tempo representou o operariado do início da industrialização, hoje esta concepção não daria mais conta da diversidade e complexidade do mundo do trabalho onde impera uma ampla diferenciação, tanto com relação à localização geográfica, à organização social do trabalho, à sociabilidade, ao consumo, ao local de moradia, entre outros. Além disso, um trabalhador, nos dias de hoje, pode morar a uma distância significativa de seus colegas de trabalho e, normalmente, ter uma vida doméstica, em muitos aspectos, “privatizada”, bem como uma vida social, muitas vezes, desvinculada do seu trabalho. O autor considera, ainda, que o problema central do novo perfil de trabalhador está relacionado à contraposição que se coloca entre a escolha individual e os princípios de unidade e solidariedade que postulam a sobreposição dos interesses coletivos às preferências individuais (2002b: 12). No entanto, individualismo e coletivismo não precisam ser princípios antagônicos (2002a: 6). Para que a solidariedade possa, de fato, ser efetivada no âmbito da ação sindical, Hyman propõe a combinação de uma proteção universal e também uma oportunidade individual e o princípio da solidariedade deve ser tanto redefinido quanto reinventado se o sindicalismo quiser sobreviver.

As dificuldades para uma ação mais coletiva por parte dos sindicatos talvez residam no fato de que, em alguma medida, o trabalho teria perdido aquela que seria uma das suas dimensões centrais, ou seja, a ideia de ofício, de profissão.⁶ Segundo Visser (2012: 130), parte desse processo se deve também ao fato de que houve na Europa “uma gradual erosão e perda de significado daquilo que provavelmente foi a mais bem sucedida forma de organização sindical no capitalismo democrático do século XX – o sindicato industrial”. Por esta razão a representação coletiva tenderia a perder tanto sua capacidade de interpretar a visão de mundo dos trabalhadores quanto de criar identidade e autonomia a partir do próprio trabalho (Catalano, 1999: 30).

6 Sobre esta questão ver, entre outros, Gorz, 1982; Offe, 1989; Braverman, 1977.

A contribuição de Hyman (2001) para elucidar as principais questões que são colocadas para o movimento sindical na Europa, pode fornecer elementos para uma análise sociológica mais acurada da realidade vivida pelos sindicatos brasileiros atingidos pela reestruturação das empresas e pela globalização, obrigados a rever suas estratégias políticas e operacionais, no sentido, principalmente da manutenção do emprego e da sua sobrevivência como instituição. Para ele (ibid.: 3,4), mercado, classe e sociedade seriam a “geometria do sindicalismo”, conectados em um balanço instável dos três pontos do triângulo. O sindicalismo com foco no mercado, com foco na sociedade, e com foco na classe nunca existiria na forma pura e na prática “os sindicatos tenderiam a se inclinar para uma mescla desses três tipos ideais”.

Essa interpretação reforça argumentos que consideram posições políticas e estratégias sindicais como fruto de avaliações permeadas pelos contextos locais, regionais e nacionais, de tradições políticas incorporadas historicamente às práticas sindicais, de conjunturas econômicas globais e nacionais e seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho e o aumento do desemprego. Isto não significa esquecer a questão de classe e das relações de classe que na verdade definem o sindicalismo. Para Hyman (ibid.: 4), sindicatos que representam os interesses dos trabalhadores em confronto com os interesses dos empregadores, são também “agências de classe” e esta característica coloca em questão, uma tensão entre exercer sua prática como movimento (movimentos de classe e movimentos populares) – e a institucionalização, que implica em uma acomodação dos interesses de classe no interior das instituições.

Em resumo, a situação dos sindicatos nos países desenvolvidos traz bons elementos para a compreensão de novos temas e novas questões para a ação sindical e dos desafios para o futuro do sindicato em todas as partes do mundo neste início de século XXI.

No caso do Brasil, um balanço sobre as mudanças no trabalho e na ação sindical nas últimas décadas revelam que, durante os anos 1990, “Sob o argumento do combate à inflação elevada da década de 1980, adotou-se uma política econômica de tipo liberal, aberta aos mercados globalizados e estimuladora de uma reestruturação da produção e das relações de trabalho.” (Ladosky, Ramalho e Rodrigues, 2014). O discurso predominante era o da diminuição do tamanho do Estado, redução dos gastos públicos, bem como flexibilização das leis trabalhistas.

Os efeitos destas políticas sobre os trabalhadores e, por extensão, sobre o conjunto da sociedade foram deletérios: de acordo com os dados do (IBGE, 2013), entre 1990 e 1999, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 1,7%; e em

1998 e 2000, as taxas de desemprego alcançaram, respectivamente, 9,2 e 15%. (ibid.). Esse processo colocou o movimento sindical na defensiva, e no que tange ao mercado de trabalho o período de 1995 a 2002 foi extremamente difícil para amplos setores das classes trabalhadoras, com aumento do desemprego, da flexibilidade nas relações de trabalho, processos variados de precarização, entre outras questões.

O período Lula (2003-2010) retirou da pauta do Congresso o Projeto de Lei 5.483 – que tratava da prevalência do negociado sobre o legislado – e tentou, sem sucesso, fazer mudanças na legislação sindical e trabalhista a partir de uma negociação tripartite, tendo como espaço o Fórum Nacional do Trabalho. (Ladosky *et al.*, 2014; Silva, 2009; Horn, 2009a e 2009b, Pessanha e Morel, 2009).

Diante das dificuldades encontradas no âmbito do FNT, bem como dos percalços no espaço do Congresso Nacional, o governo optou por fazer “mudanças parciais na legislação infraconstitucional”. (Ladosky *et al.*, 2014.). Assim, a Lei 11.648/08 estabeleceu o reconhecimento das centrais sindicais e definiu como critério, os seguintes aspectos: I. filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional. (*Idem*).

Pelos critérios acima, as centrais reconhecidas, atualmente, são: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

Um perfil dos sindicalizados no Brasil

A partir de dados sobre sindicalização, retirados da PNAD em sete anos selecionados, vamos traçar um perfil e identificar as principais características dos sindicalizados no Brasil no período 1992-2012.

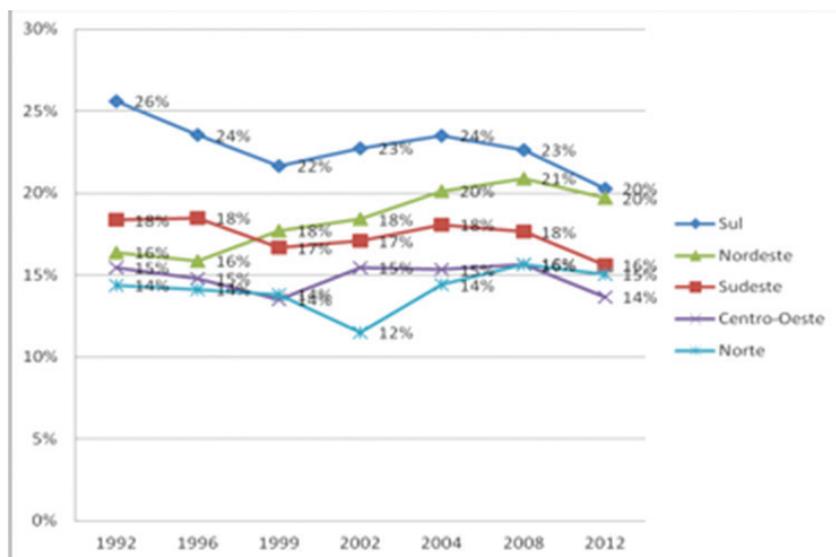
A Tabela 2, abaixo, indica que a taxa de sindicalização no Brasil tem se mantido, relativamente, constante nas últimas duas décadas, variando entre 19% a 17%, apesar das mudanças ocorridas no âmbito do trabalho e da produção. Os sindicatos passam de quase 11 milhões de associados em 1992, para algo em torno de 16 milhões no ano de 2012, enquanto a população ocupada adulta aumentou de 57,6 milhões para 91,3 milhões.

Tabela 2- sindicalização da população ocupada adulta no Brasil

	1992	1996	1999	2002	2004	2008	2012
POA Sindicalizada	10.785.116 19%	11.163.556 18%	11.427.243 17%	13.259.022 18%	15.107.498 19%	16.726.679 19%	15.669.339 17%
POA NÃO Sindicalizada	46.803.447 81%	50.242.767 82%	54.121.148 83%	60.526.596 82%	64.256.563 81%	71.356.795 81%	75.607.238 83%
POA Total	57.588.563 100%	61.406.323 100%	65.548.391 100%	73.785.618 100%	79.364.061 100%	88.083.474 100%	91.276.577 100%

Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria

No que diz respeito à sindicalização por distintas regiões brasileiras observa-se, na Figura 1, abaixo, que a regiões Nordeste e Sul apresentam percentuais superiores à média, atingindo 20%, sendo que a região Nordeste, no período, teve um crescimento, com pequenas oscilações, mais significativo e persistente se comparado com as outras regiões. Tudo indica que nos próximos anos, a região Nordeste ultrapassará a região Sul que no intervalo de 2008 a 2012 aparece em queda. Esse fenômeno pode ser explicado em parte pelo crescimento do associativismo sindical em áreas rurais, como vamos mostrar mais adiante.

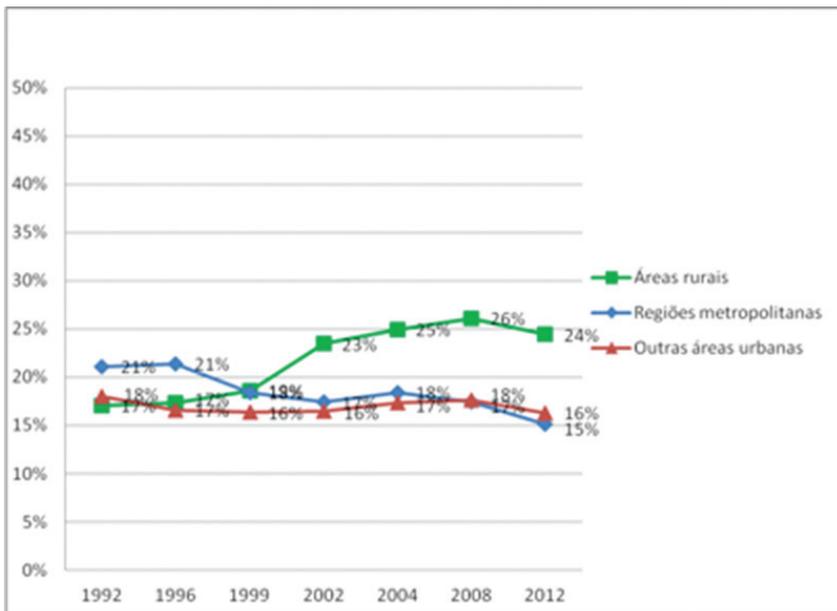
Figura 1- sindicalização no Brasil por Região

Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

A distribuição da taxa de sindicalização por área rural e urbana, conforme indica a Figura 2, mostra que a área rural teve um forte crescimento nas últimas décadas passando de 17% em 1992 para 24% em 2012. Ao contrário, as áreas urbanas tiveram decréscimo em suas taxas. Se nas “regiões metropolitanas”, a taxa de sindicalização, em 1992, era de 21%, em 2012 esta taxa foi reduzida para 15%. Nas chamadas “outras áreas urbanas”, como denomina o IBGE, também ocorreu uma queda de 18% para 16% na densidade sindical. É importante ressaltar que a sindicalização nas “outras áreas urbanas” já era menor que nas “regiões metropolitanas”, no início da série histórica, (18%) contra (21%).

Estes dados, referentes à década de 1990, colhidos no contexto de políticas neoliberais no país, confirmam um processo de redução da taxa de sindicalização urbana. No ano de 1996, a taxa de sindicalização rural alcançou a percentagem de “outras áreas urbanas” e, em 1999, atingiu o mesmo percentual de associativismo das “regiões metropolitanas”. Já a partir da década de 2000, a taxa de sindicalização rural esteve em um patamar elevado, e manteve uma distância de cerca de 8 a 9 pontos percentuais com relação às “áreas urbanas” – metropolitanas ou não.

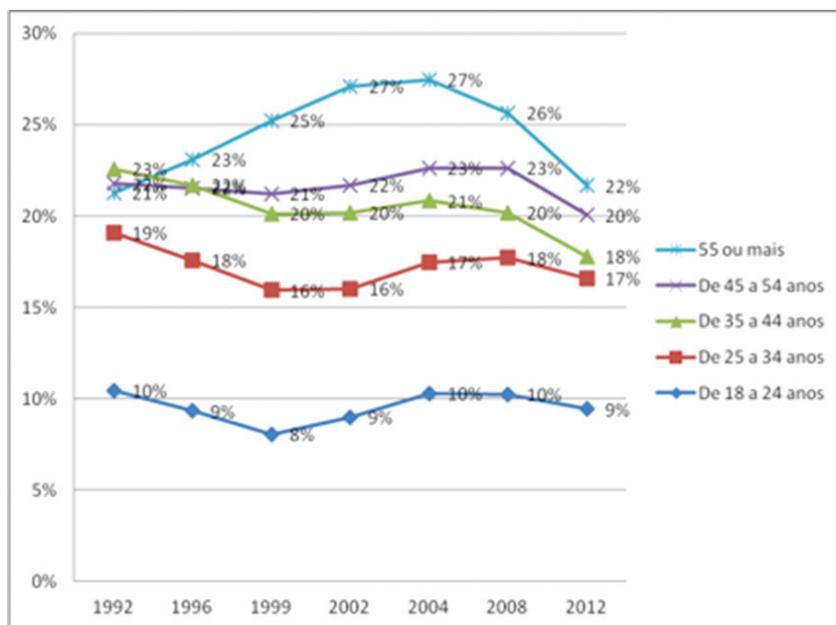
Figura 2: sindicalização rural e urbana no Brasil



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

No que tange à faixa etária, Figura 3, os trabalhadores acima de 55 anos ainda apresentam um percentual de sindicalização superior (22%), embora em queda nos últimos anos. Se somarmos este grupo àqueles que compõem a faixa etária imediatamente anterior, de 45 a 54 anos, podemos constatar que a sindicalização está, majoritariamente, concentrada nos trabalhadores acima de 45 anos (22% e 20% respectivamente). Nas faixas etárias de 25 a 34 anos e 35 a 54 anos o percentual de sindicalizados chega, respectivamente, a 17% e 18%. A faixa de 18 a 24 anos, representa apenas 9% do total de sindicalizados. Esses dados por si sós colocam um desafio à ação sindical: como trazer a juventude para os sindicatos?. E a Figura 3 mostra que no período de 1992-2012, com pequenas variações, a sindicalização na faixa etária de 18 a 24 anos foi de 10% para 9%, ou seja, não aumentou, mas ficou praticamente constante.

Figura 3- sindicalização por faixa etária

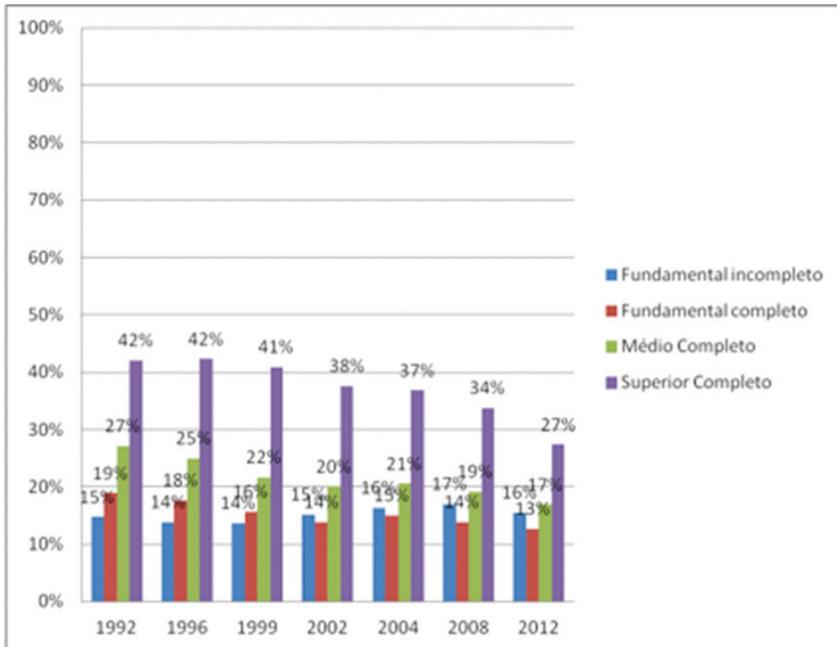


Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

A Figura 4 mostra a relação entre a população adulta ocupada e os trabalhadores sindicalizados por escolaridade. Observa-se que apesar do percentual ser maior entre os trabalhadores com nível superior completo houve um decréscimo nesta faixa de escolarização, de 42% para 27%, entre 1992 e 2012. Isto significa que, no conjunto dos trabalhadores sindicalizados, aqueles que

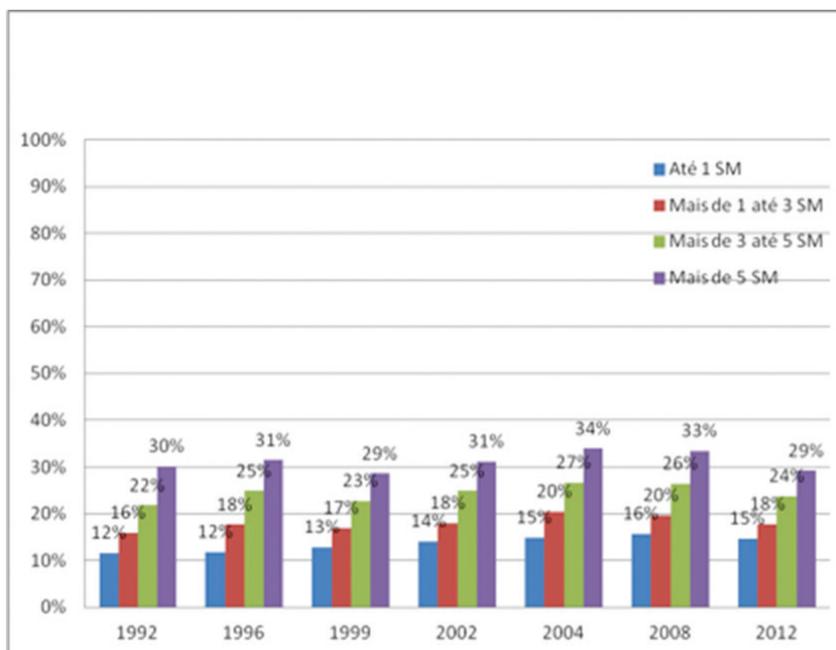
possuem curso superior completo ainda continuam, percentualmente, com uma taxa maior de sindicalização quando comparados com outras faixas de escolaridade. No caso do percentual daqueles que têm ensino médio completo, houve uma redução acentuada nestas duas décadas: de 27% em 1992, caiu para 17% em 2012.

Figura 4- Sindicalização segundo a escolaridade



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

No que tange à sindicalização por faixa de renda domiciliar *per capita* observamos que o percentual mais alto de sindicalização está concentrado nas faixas de renda mais elevada, conforme aparece na Figura 5. Para aqueles que em 1992 recebiam mais de cinco salários mínimos a taxa de sindicalização representava 30%, e com uma pequena oscilação para baixo em 2012 (29%), pode-se dizer que se manteve praticamente estável. Chama também a atenção o crescimento, com variações, do percentual de sindicalizados que ganhavam até, no máximo, cinco salários. Em 1992, os que ganhavam até um salário mínimo representavam 12%; mais de um e até três salários, 16%; mais de três salários e até cinco perfaziam 22%. Em 2012, estes percentuais passaram para, respectivamente, 15%, 18% e 24%.

Figura 5 – sindicalização segundo faixa de renda domiciliar *per capita*

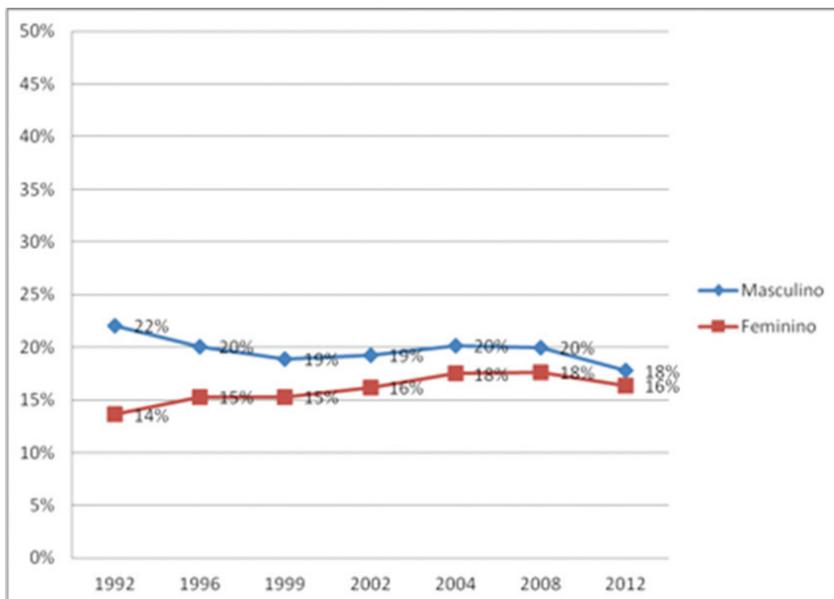
Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

A Figura 6, abaixo, complementa os dados mostrados até aqui no que tange à sindicalização por gênero. Nesse aspecto, os dados mostram o decréscimo do associativismo entre os trabalhadores homens: 22% em 1992 para 18% em 2012. Entre as trabalhadoras ocorre um movimento inverso. Há um crescimento de 14% para 16% no período. O crescimento da sindicalização feminina pode ser inicialmente explicado por dois fatores: uma maior participação das mulheres no âmbito do sindicalismo rural e o aumento da força de trabalho feminina no setor de serviços, em particular no setor público, fenômeno que possivelmente ajudou no aumento da sindicalização das mulheres trabalhadoras.

As Figuras 7 e 8, abaixo, dizem respeito, respectivamente, à sindicalização da população masculina e feminina com relação ao domicílio. Há uma redução da taxa de sindicalização masculina nas regiões metropolitanas: 24% em 1992 para 16% em 2012; nas outras áreas urbanas também ocorre uma queda na densidade sindical deste grupo, de 21% para 17% e, no setor rural ocorre um discreto aumento da taxa de sindicalização: era 22% em 1992 e sobe até 2008, alcançando 25%; no ano de 2012 caiu para 23%.

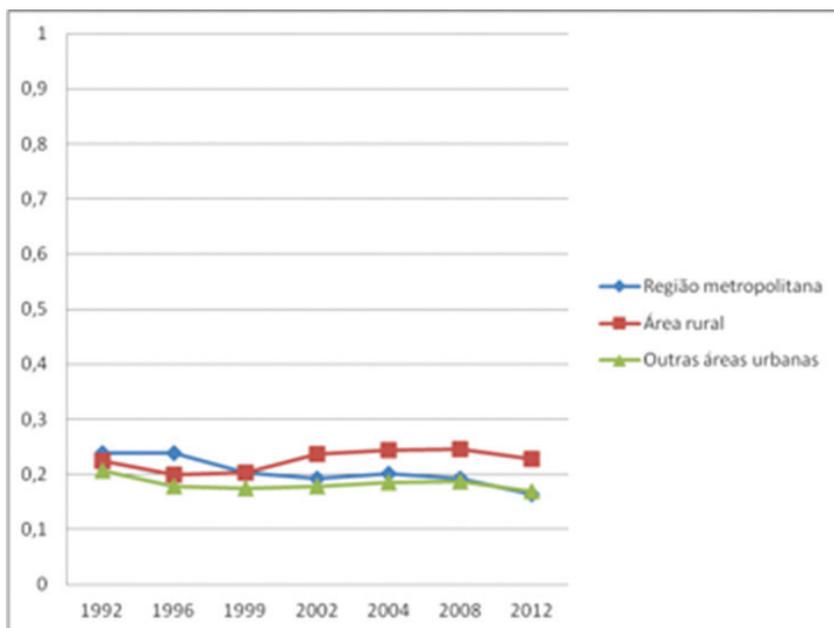
Com relação à sindicalização feminina nestas mesmas áreas encontramos os seguintes resultados: nas regiões metropolitanas a sindicalização foi de 17%

Figura 6: sindicalização por gênero

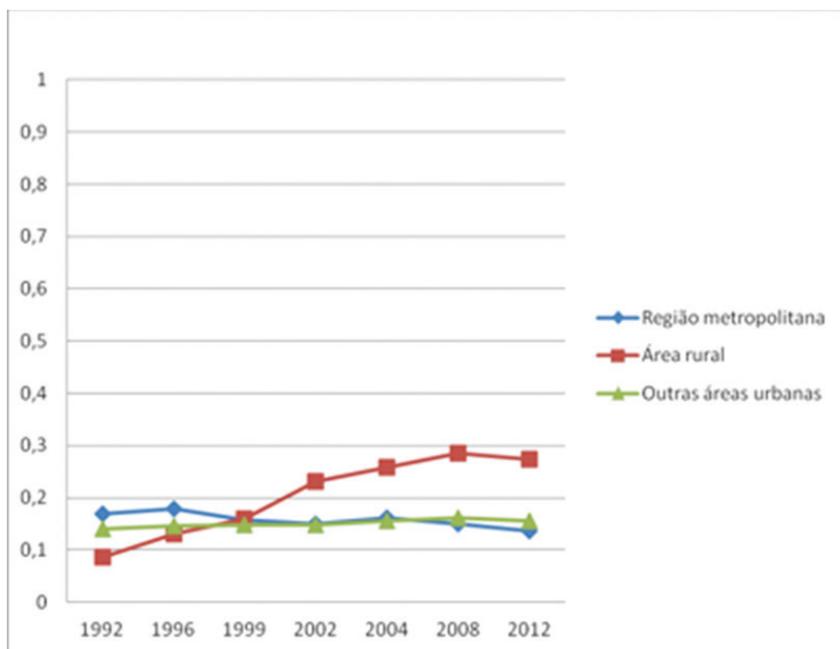


Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

Figura 7 – Sindicalização masculina segundo o domicílio



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

Figura 8 – Sindicalização feminina segundo o domicílio

Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

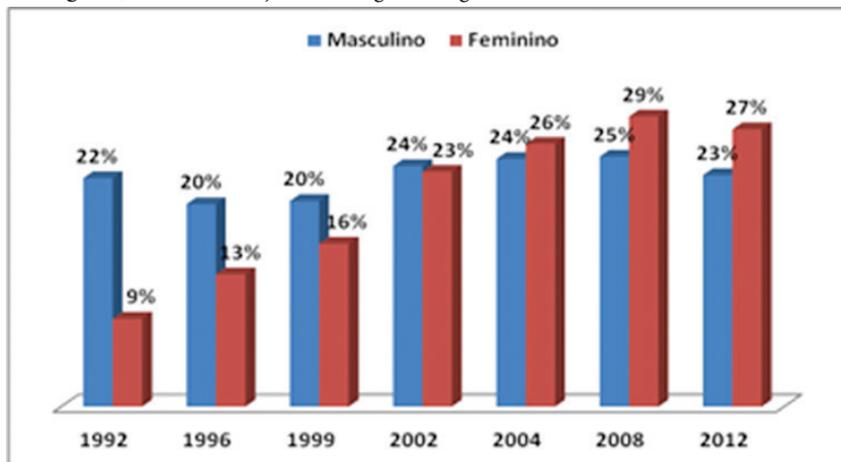
para 14%; nas outras áreas urbanas ocorreu um pequeno crescimento de 14% para 15%. No entanto, onde a participação feminina conseguiu um crescimento exponencial, de acordo com os dados da PNAD-IBGE, foi no meio rural. Ou seja, três vezes a taxa inicial. É importante ressaltar que, em 2008, a percentagem da sindicalização feminina alcançou 29%, o maior índice para o período estudado.

Nesse sentido, é possível afirmar, como mencionado anteriormente, que um dos fatores que tem sustentado a estabilidade das taxas de sindicalização no Brasil é o crescimento significativo da sindicalização feminina no campo. Assim, os dados da Figura 9, abaixo, que tratam da sindicalização rural por gênero, reforçam esta questão ao mostrar o crescimento da participação associativa das mulheres que, no período estudado, sobe de 9% para 27%⁷.

Enfim, os dados constantes da Figura 10, abaixo, que trata da sindicalização segundo o assalariamento na área rural traz outra novidade: a taxa de sindicalização dos *assalariados* agrícolas se mantém estável, praticamente, por todo período e, quando destacamos os anos de 1992 e 2012 a taxa de sindicalização é de 15%. Ao mesmo tempo, a densidade sindical dos *não assalariados* agrícolas,

7 Sobre esta questão ver, por exemplo, Pichler, 2009: 84-95; 2011: 37-46.

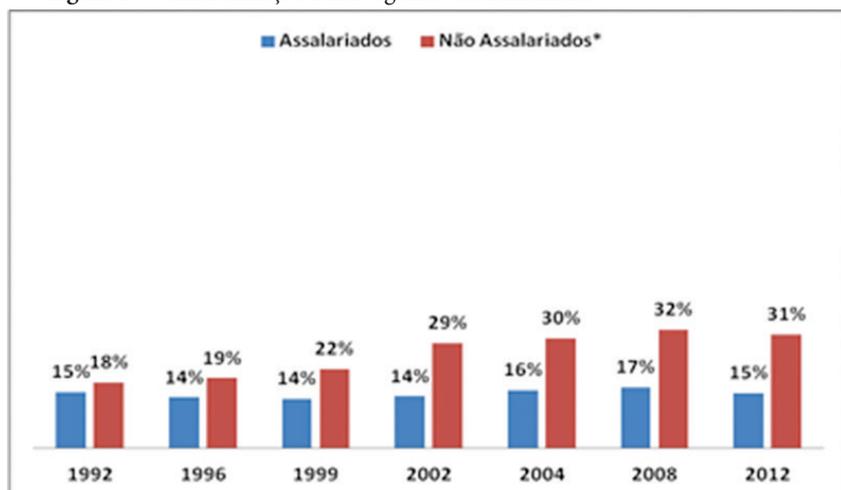
Figura 9 – Sindicalização rural segundo o gênero



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

que em 1992 já era maior que a dos assalariados (18%), atinge em 2012 31%. Significa dizer que do total dos trabalhadores rurais sindicalizados 74% são trabalhadores *não assalariados*.

Figura 10 – Sindicalização rural segundo assalariamento



Fonte: PNAD, IBGE. Anos selecionados. Elaboração própria.

O que esse conjunto de dados representa para a compreensão do perfil socioeconômico da base sindical brasileira? Alguns aspectos que consideramos relevantes já apareceram em outros estudos: Cardoso, 2014; 2013a; 2013b; 1999;

Campos, 2013; Boletim FPA, 2013; Garcia e Dedecca, 2013; Pichler, 2009 e 2011; Zylberstajn e Rodrigues, 2002. A maioria desses trabalhos utiliza dados sobre a população assalariada adulta (acima de 18 anos) o que é mais condizente para comparações com estatísticas internacionais sobre sindicalização. No entanto, alguns autores utilizam os critérios de população ocupada do IBGE (a partir de 10 anos), caso de Zylberstajn e Rodrigues (2002) e Pichler (2009: 2011).

Neste artigo, utilizamos os dados da população ocupada adulta (acima de 18 anos). Esta opção permitiu considerar, além dos dados sobre os assalariados agrícolas, também informações sobre trabalhadores rurais não assalariados, o que nos fez perceber o aumento da participação destes no interior da população trabalhadora sindicalizada. De toda forma, mesmo com variações na metodologia de mensuração, o que pode levar a pequenas diferenças, no que tange às taxas de sindicalização, as tendências mais gerais do conjunto dos estudos sobre o tema apontam para padrões similares, em termos socioeconômicos, da base sindical brasileira.

Os dados apresentados por nós confirmam, em geral, tendências já encontradas nesses trabalhos a nosso ver acrescentam elementos que não foram contemplados em pesquisas anteriores. Fica demonstrado que no período de 1992 a 2012 a taxa de sindicalização da população trabalhadora brasileira se manteve praticamente estável, com uma pequena oscilação negativa de 19% para 17%. Esses dados por região também apontam para movimentos de crescimento e de queda da sindicalização no período. Como observa (Cardoso, 2014: 21) “é verdade que as taxas de filiação sindical caíram, mas esse dado pode não ser alarmante, tendo em vista as enormes mudanças em curso nos mercados de trabalho, fruto do crescimento econômico centrado nos serviços, e tendo em vista, também, a pequena importância da filiação como medida da representatividade dos sindicatos”.

De toda forma, a comparação de todos os dados de 2012, por região, com os dados do ano de 2008, mostra uma queda nas taxas de sindicalização. Em alguns casos, diminuição percentual de 1%, Norte e Nordeste, e em outros casos perdas de 2% no Sudeste e Centro-Oeste ou de 3% na região Sul. Nesta região que era, de longe, a que possuía em 1992 o maior índice de sindicalização (26%), o índice em 2012 caiu para 20%. Este processo, no entanto, não foi uniforme: em 1999, a queda chegou a 22%; posteriormente, voltou a subir, alcançando 24% em 2004; e a partir daí iniciou um novo ciclo descendente até atingir 20% em 2012.

A Região Norte tinha 14% de associados e manteve este patamar por toda a década de 1990, caindo um pouco em 2002 (12%), mas retomou o processo de crescimento e foi para 14% em 2004, 16% em 2008 e em 2012 oscilou,

negativamente, para 15%. Em outras palavras, os indicadores de associativismo dos trabalhadores brasileiros, quando vistos pela ótica regional, nestes últimos anos tenderam a diminuir, em maior ou menor grau.

A queda na adesão sindical aparece mais forte no Sul e no Sudeste a partir de 2008. Na região Norte, observamos uma estabilidade com viés de alta: de 14% para 15% no período. O caso da Região Nordeste é emblemático no que tange ao incremento da sindicalização: em 1992 e também em 1996, essa região apresentava uma taxa de sindicalização de 16%. A partir daí ocorreu um crescimento continuado até 2008 quando a densidade sindical chegou a 21%. Em 2012, apesar de uma oscilação negativa de 1%, deixando a região com 20% de sindicalizados, o percentual atingido se igualou ao da região Sul, que em 1992 tinha quase o dobro da taxa de sindicalização Nordeste. A nossa avaliação é de que tanto no Sul quanto no Norte e também no Nordeste, o que tem sustentado e/ou sustentou por um longo período o aumento e/ou a estabilidade das taxas de sindicalização tem relação direta com a questão rural e, em particular, com a participação dos trabalhadores agrícolas não assalariados, aqueles que, em larga medida, são pequenos proprietários ou agricultores familiares, como mencionado.

No período estudado, pode-se dizer que o que tem permitido a manutenção da densidade sindical, quando se observam os dados mais gerais do Brasil, tem relação direta com o associativismo rural, o que não deixa de ser um paradoxo. A sindicalização nas áreas rurais em 1992 era de 17% e saltou para 24% em 2012, ao passo que tanto nas regiões metropolitanas quanto nas outras áreas urbanas, no mesmo período, os patamares de sindicalização caíram um pouco: de 18% e 17% para, respectivamente, 15% e 16%⁸.

Uma das possíveis pistas para interpretar esse processo, que já vem dos anos 1970, se refere à criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUN-RURAL), Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, que trouxe um conjunto de benefícios para os trabalhadores do campo como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

Se antes a aposentadoria por idade no âmbito rural representava meio salário mínimo e havia algumas restrições – como, por exemplo: a apenas uma pessoa por domicílio tinha direito a este benefício, em geral o chefe de família

8 Ver, por exemplo, Novaes, 1991: 173-196; Fuchtner, 1980: 115-154; Coletti, 1998: 35-87, entre outros. Para o período mais recente, e em consonância com as questões da sindicalização dos trabalhadores agrícolas não assalariados, pequenos proprietários e base da agricultura familiar e o tema da sindicalização, ver o excelente trabalho de Piccolotto, 2011, sobre a agricultura familiar na região Sul do Brasil. Ver também Piccolotto, 2014 e Favareto, 2006.

-, com a Constituição de 1988 houve uma modificação no que tange ao valor da aposentadoria: ninguém poderia receber menos que um salário mínimo e, além disso, este benefício foi estendido a outros membros da família. Com isso, um número cada vez maior de mulheres passou a ter direito à aposentadoria rural. Essa é uma das hipóteses para o crescimento significativo do associativismo feminino rural no período em questão.

Em geral, quem cuida dos trâmites para a obtenção destes benefícios é a área jurídica do sindicato, associação e/ou cooperativa que representa o trabalhador. Esta parece ser uma boa explicação para o crescimento do sindicalismo no campo nos anos 1970 e por toda década de 1980. A isso se somam os aspectos mais gerais das lutas no campo nessa mesma conjuntura pós-1978. De outra parte, como mencionado acima, outros benefícios são conquistados com a Constituição de 1988, permitindo, assim, um crescimento significativo, no interior do sindicalismo rural, da participação feminina.

Outra pista de interpretação está na criação, na segunda metade dos anos 1990, de um programa voltado aos trabalhadores rurais, mais especificamente dirigido à agricultura familiar. Trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que contém “uma linha de crédito especial (com juros de 12% ao ano) destinada ao custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares” (Picolotto, 2011, *op. cit.*:180). O acesso aos recursos deste Programa exige do agricultor familiar uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que pode ser emitida pelo sindicato, associação e/ou cooperativa que represente o trabalhador.⁹

Ainda com relação ao crescimento da sindicalização feminina¹⁰: em 1992, havia uma significativa diferença de gênero entre os sindicalizados, e nestas duas décadas o que se vê é uma queda continuada da sindicalização masculina e um

9 O credenciamento junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para a emissão do DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) se dá da seguinte maneira, de acordo com a nota do *site* da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná: “Os órgãos e entidades autorizados a atuar como emissores de DAP devem providenciar seu cadastramento. Devem atender aos seguintes pré-requisitos: ter personalidade jurídica; ser representante legal dos agricultores familiares ou prestar serviços de assistência técnica e/ou extensão rural; exemplo: Sindicatos de Trabalhadores Rurais; ter experiência mínima de um ano, devidamente comprovada, no exercício de sua atribuição ou objetivo social junto aos agricultores familiares. Devem também ser cadastradas e obedecer à seguinte estrutura hierárquica (da estrutura do sistema sindical do Paraná vinculado à CONTAG): Unidade Central de nível nacional ou Unidade Agregadora (CONTAG); Unidades Intermediárias de nível estadual ou Unidades Subagregadoras (FETAEP), e Unidades Locais de nível municipal ou Unidades Emissoras (STRs). Assim, as Unidades Agregadoras cadastram as Unidades Subagregadoras, que, por sua vez, cadastram as Unidades Emissoras a elas vinculadas. Essas últimas cadastram os agentes emissores – pessoas físicas que efetivamente emitirão as DAP. Disponível em http://www.fetaep.org.br/?pg=ler_evento&tid_evento=48. Acesso em 21 jul. 2014.

10 Ver, por exemplo, Brumer, 2002; Heredia e Cintrão, 2006.

crescimento lento, mas constante, pelo menos até 2004, do percentual de associativismo feminino. Desde 2004, a diferença em favor dos homens é de apenas 2%. Entre outros fatores, isso pode ser atribuído ao aumento da participação feminina na força de trabalho brasileira nas últimas duas décadas, como mencionado anteriormente.

E, finalmente, como grande parte das pesquisas sobre o tema indica, os dados apontam que a propensão à sindicalização cresce com a idade, com a participação feminina e com o aumento da escolaridade e da renda. A primeira questão, que diz respeito à faixa etária e ao gênero, guarda relação tanto com o mundo rural quanto com o setor público; já os temas da escolaridade e da renda têm estreita relação com os sindicalizados do setor público.

Considerações finais

O sindicalismo tem vivido um período de dificuldades na sociedade contemporânea o que, em alguma medida, tem colocado em xeque parte de seus postulados. Observa-se, principalmente nos países centrais, uma queda na densidade sindical e uma retração do papel político dos sindicatos em suas respectivas sociedades nacionais – se comparamos com o período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970. Percebe-se uma postura mais defensiva do sindicalismo diante de uma ofensiva política e econômica voltada para retirar direitos dos trabalhadores, tanto nos chamados Estados de Bem-Estar Social como nos países da periferia do capitalismo.

Nesse contexto, questões como solidariedade, identidade, representação terão que ser resignificadas e, até mesmo, reconfiguradas para que a ação sindical consiga continuar desempenhando o seu papel de democratização das relações de trabalho, melhoria das condições de vida e trabalho para amplas parcelas da população, luta por uma sociedade mais justa e igualitária, entre outros aspectos.

Por razões que escapam à discussão deste artigo, o sindicalismo brasileiro, no período mais recente, pós-1978, se reorganizou na contramão da ação sindical internacional. Ao contrário do sindicalismo internacional, com acentuada queda da filiação sindical, o sindicalismo brasileiro conseguiu manter nesse período uma taxa de sindicalização relativamente estável, mesmo considerando que a taxa de densidade sindical não seja muito alta, aproximadamente 17% para a população ocupada adulta em 2012. Isso a despeito das mudanças ocorridas na composição das classes trabalhadoras no país, das transformações na produção, na organização do trabalho, bem como nas esferas econômicas, sociais e políticas na sociedade.

Neste início do século XXI, os dados apresentados aqui indicam sinais de alteração no perfil dos sindicalizados no Brasil, que se expressariam em sua distribuição geográfica, na composição de gênero e também no local de moradia. Para nós, uma das explicações para a manutenção da densidade sindical estaria no aumento da participação do sindicalismo rural: tanto dos trabalhadores assalariados quanto de não assalariados. Estes representariam, para o conjunto dos sindicalizados no campo, um percentual de 31% contra 15% dos assalariados, em 2012, segundo a PNAD. Em 1992, a taxa de sindicalização era de, respectivamente, 18% e 15%. Vale dizer, os assalariados rurais, em 2012, mantiveram a mesma taxa de sindicalização que tinham em 1992, ou seja, 15%; já aqueles trabalhadores não assalariados foram de 18% para 31% no mesmo período¹¹. É este setor que, em alguma medida, está mantendo a taxa de sindicalização no Brasil razoavelmente estável. É um fenômeno, certamente, paradoxal. No entanto, como este artigo procurou demonstrar, esse processo está ancorado em mudanças das políticas do Estado com relação às áreas rurais ocorridas nos anos 1970, 1980 e 1990 e que continuaram e foram aprofundadas nos anos 2000, no sentido de extensão de direitos de cidadania a amplos contingentes de trabalhadores – homens e mulheres – que antes estavam fora desse processo de inclusão social e econômica.

A pergunta que podemos fazer é: por quanto tempo esse movimento de sindicalização rural seria capaz de manter a estabilidade na taxa de sindicalização em nosso país? No médio prazo, em face da tendência de queda do associativismo urbano, conseguiriam os trabalhadores rurais continuar aumentando sua taxa de adesão sindical para equilibrar a queda da filiação nas áreas urbanas? E, por fim, quais seriam as repercussões desse processo para a ação sindical dos trabalhadores no Brasil?

Referências

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, janeiro/junho 2002, p. 50-81.

11 Nesse sentido, o trabalho de Picolloto, 2011, em particular p. 162-263, mostra, entre outros aspectos, a relação entre sindicalismo e a questão do desenvolvimento e, fundamentalmente, entre sindicalismo e políticas públicas, e traz argumentos que ajudam na compreensão do crescimento do sindicalismo rural que tem como base a agricultura familiar; certamente, uma das resultantes desse processo foi o incremento, nas áreas rurais, das taxas de sindicalização, o que teria ajudado na estabilidade da taxa de sindicalização no Brasil. A hipótese deste artigo é que os argumentos utilizados por Picolloto para o seu estudo na região Sul do país podem, certamente, com as devidas ressalvas, ser estendidos também para o Nordeste.

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CAMPOS, André Gambier. Dilemas do trabalho: sindicatos no Brasil hoje. In: KREIN et al. *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo, Perseu Abramo, 2013, v. 1.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos no Brasil. Nota técnica. *IPEA*, 56, fev. 2014, p. 21-27.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Para onde foram os sindicatos? In: KREIN et al. *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo, Perseu Abramo, 2013, v. 1.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal – A era Vargas acabou?*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- CATALANO, Ana Maria. The Crisis of Trade Union Representation: New Forms of Social Integration and Autonomy-Construction. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter. *Labour Worldwide in the Era of Globalization*. London, Macmillan Press, 1999.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *RBCS*, v. 21, n. 62, São Paulo, outubro de 2006, p. 27-44.
- FPA Comunica. Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil. *Boletim da Fundação Perseu Abramo*, n. 3, junho 2013.
- FÜCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- GARCIA, Carlos Henrique; DEDECCA, Claudio Salvadori. A heterogeneidade do mercado de trabalho e a desigualdade na representação sindical. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3(5), junho 2013, p. 223-243.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- HEREDIA, Beatriz e CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, janeiro/junho 2006, p. 1-28.
- HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism – Between Market, Class & Society*. London, Sage, 2001.
- HYMAN, Richard. Where does Solidarity End?. *Transit-Europäische Revue*, n. 24, 2002a, p. 1-7.
- HYMAN, Richard. Five Alternative Scenarios for West European Unionism. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter. *Labour Worldwide in the Era of Globalization*. London, Macmillan Press, 1999.
- HYMAN, Richard. The Future of Unions. *Just Labour*, v. 1, 2002b, p. 7-15.
- HORN, Carlos Henrique. A crescente atomização sindical no Brasil: continuidades e singularidades. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.

- HORN, Carlos Henrique. Os debates estaduais do Fórum Nacional do Trabalho: entre a reforma e a continuidade. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). *O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014.
- NOVAES, Regina Reys. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina L. de Moraes. Reforma sindical e conflitos trabalhistas: negociação coletiva e justiça do trabalho. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- PICHLER, Walter Arno. Revitalização do associativismo sindical no Brasil nos anos 2000. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- PICHLER, Walter Arno. Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, 2001, p. 37-46.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. *Sociologias*, ano 16, n. 35, janeiro/abril 2014, p. 204-236.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp, 1999.
- SILVA, Sayonara G. C. L. da. O reconhecimento das centrais sindicais e a criação de sindicatos no Brasil: antes e depois da Constituição de 1988. In: HORN, Carlos Henrique; SILVA, Sayonara G. C. L. da (Org.). *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. São Paulo, LTr, 2009.
- SOUSA, Henrique José Carvalho de. *Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)*. Universidade Nova de Lisboa, FCSH, *Working Paper*, setembro 2011.
- VALKENBURG, Ben. Individualization and solidarity: the challenge of modernization. In: LEISINK, Peter; LEEMPUT, Jan Van; VILROKX, Jacques (Ed.). *The Challenge to Trade Unions in Europe: innovation or adaptation*. Cheltenham (UK), Edward Publishing, 1996.

- VISSER, Jelle. The rise and fall of industrial unionism. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 18(2), 2012, p. 129-141.
- ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome. Perfil socioeconômico da base sindical brasileira. Texto para discussão (FIPE-USP), n. 20/2002.
- ZOLL, Rainer. Modernization, trade union and solidarity. In: LEISINK, Peter; LEEMPUT, Jan Van; VILROKX, Jacques (Ed.). *The Challenge to Trade Unions in Europe: innovation or adaptation*. Cheltenham (UK), Edward Publishing, 1996.

Recebido em: 20/05/2014

Aprovado em: 20/06/2014

Como citar este artigo:

- RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 381-403.